



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ-MA: A EDUCAÇÃO INFANTIL EM FOCO

Raquel de Moraes Azevedo ¹

Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos ²

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente resumo tem o objetivo de caracterizar, em linhas gerais, como a Autoavaliação Institucional vem se materializando na rede municipal de educação de Imperatriz-MA³, mais precisamente na modalidade de Educação Infantil, a partir do relato da atual Coordenadora⁴. O mesmo se vincula à pesquisa de doutorado, cujo campo de investigação abrangerá, *a priori*, escolas de Educação Infantil e escolas mistas, isto é, que ofertam Educação Infantil e os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, assim como a Secretaria Municipal de Educação e Desporto de Imperatriz-MA, responsável por implantar a política de Autoavaliação Institucional na rede.

Atualmente a Educação Infantil é ofertada em 95 instituições, sendo 32 creches, 03 escolas exclusivas para Educação Infantil e 34 escolas mistas, isto é, que também ofertam ensino fundamental, localizadas na zona urbana, enquanto a zona rural conta com 02 creches e 24 escolas mistas.

Na Educação Básica, a avaliação institucional interna ou autoavaliação constitui-se de um olhar da escola para dentro da própria escola, tendo em vista melhorias na totalidade de suas ações educacionais e de administração, considerando o seu papel social no contexto político e econômico que está inserida. (BETINI, 2008).

¹ Mestre em Educação, professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, campus de Imperatriz-MA, Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará – rm.azevedo@ufma.br

² Doutora em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba- SP, Pós-doutoramento na Universidade de Aveiro – Portugal, Professora do Doutorado e Mestrado em Educação da Universidade Federal do Pará – tefam@ufpa.br

³ Localizada às margens do Rio Tocantins e distante 629,5 km da capital, São Luís, Imperatriz é a segunda maior cidade do Estado do Maranhão, com 1.367,90 km² de área total e aproximadamente 260 mil habitantes, fundada em 16 de julho de 1852. Mas por ter se tornado polo universitário, comercial e de serviços de saúde, a cidade recebe cerca de 700 mil pessoas de cidades vizinhas maranhenses e dos estados do Pará e Tocantins. Fonte: <https://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>

⁴ Agradecimento à Coordenadora da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Imperatriz-MA, ZUZA, L. M. V, pela atenção e entrevistas concedidas.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



Apesar de não ter uma regulamentação própria como ocorre no Ensino Superior, a Autoavaliação da Educação Infantil está prevista no Plano Nacional de Educação – PNE 2014 - 2024, Meta 1, Estratégia 1.6, contemplada no Plano Municipal de Educação de Imperatriz-MA – PME 2014 - 2023 por meio da Estratégia 1.11 que consiste em:

[...] implantar, até o segundo ano da vigência deste PME, avaliação da Educação Infantil, a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes. (IMPERATRIZ, 2015, p. 70).

Nesse sentido, serão relatadas a seguir as etapas de autoavaliação em desenvolvimento nesta modalidade de ensino no referido município.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se orienta pela abordagem qualitativa, assim sendo, “busca a interpretação no lugar da mensuração, a descoberta no lugar da constatação, e assume que fatos e valores estão intimamente relacionados”. (GATTI; ANDRÉ 2011, p. 30).

Nesse sentido, a coleta de dados junto à Coordenação do Setor de Educação Infantil se deu em dois momentos, sendo o primeiro presencial, cujo diálogo foi orientado por uma entrevista aberta. “Nesse tipo de interlocução, o investigador explica o propósito da conversa e, no decorrer da narrativa, vai entremeando perguntas a partir do que é dito pelo entrevistado, com o único objetivo de dar mais profundidade à reflexão” (MINAYO; COSTA, 2018, p. 143).

O segundo momento, se deu por meio de entrevista semiestruturada, com o fim de complementar as informações, sendo a mesma aplicada de forma remota., isto é, *online*, por meio do WhatsApp. A entrevista “Constitui-se como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa de um entrevistador e destinada a construir informações pertinentes a determinado objeto de investigação”. (MINAYO; COSTA, 2018, p. 141)

PRIMEIROS PASSOS

Mediante a aprovação do Plano Municipal de Educação de Imperatriz-MA – PME 2014 - 2023, a Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer – SEMED, por meio da Coordenação do Setor de Educação Infantil deu início no ano de 2015 aos primeiros esforços para pôr em prática a Estratégia 1.11 referente à autoavaliação institucional na/da Educação Infantil.

Assim sendo, em 2015 foram selecionadas duas escolas, sendo uma da zona urbana (Casa de Dom Bosco) e outra da zona rural (Escola Amizade) para aplicar a metodologia a ser adotada, isto é, os Indicadores de Qualidade da Educação



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



Infantil – INDIQUEs.

Em 2017 foi a vez das creches da zona rural e urbana realizarem a autoavaliação por meio dos INDIQUEs. Ambos os momentos oportunizaram à equipe da SEMED prevê riscos, corrigir eventuais falhas, aperfeiçoando assim o planejamento para as próximas etapas.

UNIVERSALIZANDO A EXPERIÊNCIA

Em 2019, no último trimestre, a equipe do Setor de Educação Infantil coordenou a Autoavaliação por meio dos INDIQUEs de Educação Infantil em 41 instituições com oferta exclusiva da modalidade, entre creches e escolas – zona urbana e rural. Nas escolas mistas, na época um total de 58 escolas, a autoavaliação se deu com apoio da equipe vinculada à Coordenação do Ensino Fundamental – anos iniciais.

Além de implantar a autoavaliação na rede, as ações desenvolvidas pela SEMED visavam subsidiar as escolas na reformulação do Projeto Político Pedagógico, no intuito de melhorar a caracterização do diagnóstico das escolas. Contudo, esse objetivo ficou sobremaneira comprometido com a Pandemia do Coronavírus deflagrada em março do ano de 2020, cuja vigência ainda é uma realidade dois anos depois.

Segundo a Coordenadora do Setor de Educação Infantil “Durante o processo de autoavaliação *in loco* junto à comunidade escolar o aspecto mais relevante, considerado como dificuldade para o desenvolvimento de uma boa prática pedagógica junto às crianças foi a infraestrutura” (informação verbal)⁵. A mesma reconhece que “A estrutura física das instituições reflete no desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social” e destaca que:

A gestão atual da secretaria de educação, juntamente com a gestão municipal vem dando a devida importância a esta etapa da educação no âmbito dos investimentos referentes às reformas das instituições que apresentavam problemas na infraestrutura, e construções de novas instituições da Educação Infantil, garantindo materiais e espaços que favoreçam práticas pedagógicas diversificadas, assegurando o pleno desenvolvimento e as aprendizagens das crianças (informação verbal).

A garantia de infraestrutura física e pedagógica a todas as escolas se constitui condição básica para o adequado desenvolvimento de uma educação com

⁵ Entrevista concedida por ZUZA, L. M. V, Coordenadora do Setor de Educação Infantil. [fevereiro, 2022]. Entrevistador: Raquel de Moraes Azevedo, ano 2022, disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1onvbg71LvpXKvfpE9MbpXQT3p9IJhzyR/view?usp=sharing>



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



qualidade, o que infelizmente ainda não é uma realidade em grande parte dos municípios brasileiros.

PRÓXIMOS PASSOS

Considerando a periodicidade para realização da Autoavaliação Institucional a cada dois anos prevista no PME, em 2021 deveria ter ocorrido mais uma edição, que também foi impossibilitada pelo cenário de isolamento social e atividades educacionais remotas decorrentes da pandemia de COVID-19.

No final de 2021, por ocasião da entrevista aberta, segundo a Coordenadora a equipe de Educação Infantil estava organizando encontros de formação continuada direcionados aos gestores, coordenadores e professores de creches e escolas⁶. Está previsto mais um ciclo de formação continuada com os mesmos sujeitos antes da realização da segunda edição de Autoavaliação Institucional por todas as instituições de Educação Infantil, em junho de 2022.

Outras ações previstas para o ano em curso são a sistematização do Projeto de Autoavaliação Institucional da rede municipal, assim como a formação das equipes das escolas com o fim de organizarem Comissões Próprias de Autoavaliação – CPAs por unidade escolar, de tal modo que adquiram maior autonomia frente a esse importante processo de avaliação. Ambas as ações estão sob a responsabilidade das coordenações de Educação Infantil e Ensino Fundamental, o que representará um avanço significativo na institucionalização da autoavaliação como política educacional em nível municipal.

Tanto a estruturação do Projeto de Autoavaliação quanto a constituição e formação das CPAs por escola serão fundamentais para que a prática de autoavaliação não seja uma simples transferência de um órgão central como centro irradiador de mudança às escolas, ao invés da construção de espaços de negociação como recomendado por (FREITAS *et al.*, 2014).

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO DA GESTÃO

As dificuldades que envolvem o processo de democratização da escola e melhoria da qualidade da educação nela promovida decorrem de questões estruturais graves e profundas.

Na escola brasileira, como instituição social tradicional e conservadora, construir a democracia no sentido por nós proposto, é uma árdua e complexa tarefa, haja vista toda sua estrutura, organização e funcionamento encontrarem-se assentados em bases autoritárias, centralizadoras, patrimonialistas e personalísticas que criam barreiras

⁶ Os encontros de formação foram realizados na segunda quinzena de janeiro de 2022 segundo a Coordenadora do Setor de Educação Infantil.



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



quase intransponíveis para educandos e educadores dialogarem, interagirem e avançarem em direção ao novo. (SANTOS, 2012, p. 193).

Apesar dos entraves estruturais é no chão da escola que processos democráticos, ainda que relativos, são gestados. Para avançar na construção da gestão escolar democrática precisa que várias instâncias e mecanismos (colegiados, conselhos de classe, eleições de gestores, entre outros) atuem de forma articulada e contínua de modo a possibilitar a participação, a construção da autonomia, dos diversos sujeitos que integram a escola e seu entorno, na tomada de decisão, tendo em vista o exercício do controle social pela comunidade escolar sobre o Estado. É nesse contexto que a autoavaliação institucional se insere.

A avaliação institucional é um processo de apropriação da escola pelos seus atores, não na visão liberal da ‘responsabilização’ pelos resultados da escola como contraponto da desresponsabilização do Estado pela escola, mas no sentido de que seus atores têm um projeto e um compromisso social, em especial junto às classes populares, e portanto, necessitam, além deste seu compromisso, do compromisso do Estado em relação à educação (FREITAS *et. al.*, 2014, p. 36).

Nesse contexto, a relação da autoavaliação institucional com a gestão educacional se dá em diferentes níveis (escolar e central) e pode contribuir com o aperfeiçoamento dos diversos processos de gestão, preferencialmente quando os dados das avaliações, (externa, da aprendizagem e autoavaliação) são analisados de forma integrada, promovendo a reflexão sobre a realidade, bem como a tomada de decisão coletiva. Nesse sentido:

A avaliação institucional permite, pois, ao coletivo da escola e aos gestores do nível central que se beneficiem complementarmente dos dados da avaliação para construir um sistema de monitoramento dos problemas que se propõem equacionar numa linha de tempo e no âmbito de suas competências. Isso contribui para que as prioridades possam ser revistas e reposicionadas a partir das demandas do projeto-político-pedagógico e também permite o controle social sobre as decisões que afetam políticas públicas tão importantes quanto as da educação. (FREITAS *et. al.*, 2014, p. 38).

Contribui com esse movimento o conceito de qualidade negociada, desenvolvido por Ana Bondioli (2004 apud FREITAS *et al.*, 2014) e adotado por Freitas *et al.* (2014) em suas produções, tendo como características fundamentais “o caráter negociável, participativo, autorreflexivo, contextual/plural, processual e transformador” (FREITAS *et al.*, 2014, p. 36).



15° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GESTÃO PÚBLICA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AS EXPERIÊNCIAS INOVADORAS DO NORDESTE

15 a 18 de março | evento online



O processo de avaliação institucional, assim como qualquer outro mecanismo que pretenda contribuir com a construção de práticas democráticas no âmbito da escola deve se dar no campo da resistência e da contra-regulação frente ao Estado e mercado capitalistas, deslocando o protagonismo destes para o coletivo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A autoavaliação institucional é um processo que deve se constituir uma prática sistemática, permanente, capaz de assegurar a participação efetiva e reflexiva de todos os sujeitos que integram a comunidade escolar, dentre gestores, professores, pessoal técnico-administrativo, pessoal dos serviços gerais, alunos, famílias.

Como visto, a Secretaria Municipal de Educação de Imperatriz-MA, por meio da Coordenação de Educação Infantil já fez um percurso importante ao planejar e executar ações de autoavaliação institucional na rede, mas precisa concentrar esforços na sistematização da política propriamente dita, subsidiando as creches/escolas de Educação Infantil para que conquistem autonomia ao coordenarem tais processos, refletindo sobre a própria realidade, tomando as decisões coletivamente, conforme as demandas identificadas e priorizadas no processo de autoavaliação, de tal modo que resulte em um Projeto Pedagógico próprio, comprometido com a melhoria da qualidade da educação e que represente a identidade institucional almejada.

REFERÊNCIAS

BETINI, G. A. **Avaliação institucional em escolas públicas de ensino fundamental de Campinas**. 2009. 349 f. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

FREITAS, Luis Carlos de. *et. al.*, **Avaliação Educacional: caminhando pela contramão**. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GATTI, Bernardete; ANDRE, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. (29-38). In Weller, Wivian; Pfaff, Nicolle (Orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em Educação: teoria e Prática**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa - **Revista Lusófona de Educação**, 40, 139-153, 2018.

SANTOS, T. F. A. A construção da gestão democrática em unidades escolares e o novo tempo para o capital. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 1, p. 187-203, 2012.